

Pequenos avanços deixam lacunas na COP30 e metas climáticas continuam fora de alcance

written by O Cidadão | 24 de Novembro, 2025



A cimeira aprovou algumas medidas limitadas, incluindo a criação de um mecanismo de transição justa. Paralelamente, e fora das negociações formais, o Brasil comprometeu-se a liderar debates internacionais baseados na ciência sobre a transição energética e o fim da desflorestação.

Contudo, sendo esta a primeira COP após um ano inteiro com temperaturas médias acima de 1,5°C – um alerta inequívoco da urgência da situação – estes passos são considerados insuficientes para garantir a ação rápida e transformadora necessária para evitar impactos climáticos devastadores.

Apesar dos esforços da presidência brasileira e do apoio de mais de 80 países, não foi possível incluir no texto final qualquer referência direta à eliminação progressiva dos combustíveis fósseis. O mesmo aconteceu com o plano para travar e reverter a desflorestação até 2030, apoiado por mais de 90 nações, mas sem consenso suficiente para ser formalizado. Em resultado, a Presidência brasileira da COP, que permanece em funções ao longo de 2026, comprometeu-se a liderar negociações sobre estes temas e apresentar uma proposta com possibilidade de ser aprovada na COP 31.

Entre os resultados positivos, destaca-se a criação de um mecanismo internacional de transição justa. O preâmbulo da decisão final reconhece ainda o papel fundamental dos Povos Indígenas na proteção das florestas e o seu direito aos territórios, e faz menção a comunidades locais e afrodescendentes, bem como oceanos, florestas e ciência.

Manuel Pulgar-Vidal, líder global de Clima e Energia da associação ambientalista WWF, afirma que as promessas feitas em Belém ficaram aquém do necessário: ***“Saímos desta COP com títulos ambiciosos, mas pouca substância. A chamada ‘COP da Verdade’ não nos deu nem um roteiro claro nem soluções robustas. Ficámos com um documento fraco, enfraquecido por jogos políticos contra a ambição climática.”***

Sublinha ainda que a falta de um plano credível para enfrentar a crise climática e de uma referência explícita aos combustíveis fósseis revela a ausência de vontade política para agir.

No que concerne Portugal, Bianca Mattos, Coordenadora de Política e Clima da WWF Portugal, indica que ***“o tema da adaptação climática, que é particularmente importante para países vulneráveis às secas, cheias, erosões costeiras e incêndios como Portugal, ficou mais uma vez enfraquecido na queda de braço dos países desenvolvidos, que mais uma vez se recusaram a aumentar o financiamento a níveis adequados. Foram***

aprovados indicadores importantes para a adaptação, mas a meta de financiamento foi atrasada de 2030 para 2035 e segue vinculada a instrumentos difíceis de serem utilizadas, como empréstimos.”